



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL Nº 444/2026

Realizada a pesquisa a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, que garante o direito à educação, o pleno exercício dos direitos culturais, o acesso às fontes da cultura nacional e a proteção do patrimônio cultural brasileiro.
- Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e assegura à criança e ao adolescente o direito à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer e à convivência comunitária.
- Lei Federal nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e dá outras providências.
- Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Decreto Federal nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.
- Decreto Federal nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, que institui o Sistema Federal de Cultura – SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural.
- Decreto Federal nº 5.753, de 12 de abril de 2006, que promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.
- Decreto Federal nº 6.226, de 4 de outubro de 2007, que institui o Programa Mais Cultura.
- Lei Federal nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.
- Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Lei Federal nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o benefício da meia-entrada para estudantes, pessoas com deficiência, jovens de baixa renda e idosos em eventos artístico-culturais e esportivos.
- Lei Federal nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva.
- Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
- Lei Federal nº 13.696, de 12 de julho de 2018, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita.
- Constituição do Estado de São Paulo, de 5 de outubro de 1989, que assegura o acesso à cultura, a preservação do patrimônio cultural e o dever do Estado de promover ações culturais e educacionais.
- Lei Estadual nº 15.298, de 8 de janeiro de 2014, que institui o Sistema Estadual de Museus de São Paulo – SISEM-SP.
- Lei Orgânica do Município de São Paulo, de 4 de abril de 1990, especialmente os arts. 191 e seguintes, que dispõem sobre a política cultural do Município.
- Lei Municipal nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRES P.
- Lei Municipal nº 13.540, de 24 de março de 2003, que institui o Programa para Valorização de Iniciativas Culturais – VAI.
- Lei Municipal nº 13.712, de 7 de janeiro de 2004, que dispõe sobre incentivos fiscais a cinemas mediante contrapartidas socioculturais.
- Lei Municipal nº 14.406, de 21 de maio de 2007, que institui o Programa Permanente de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial do Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 15.024, de 10 de novembro de 2009, que cria o Escritório de Cinema de São Paulo – ECINE.
- Lei Municipal nº 15.897, de 8 de novembro de 2013, que altera o Programa VAI.
- Lei Municipal nº 15.929, de 20 de dezembro de 2013, que autoriza a constituição da Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo – SPCine.
- Lei Municipal nº 15.948, de 26 de dezembro de 2013, que institui o Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais – Pro-MAC.
- Lei Municipal nº 16.162, de 13 de abril de 2015, que cria o Programa Circo Popular.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei Municipal nº 16.173, de 17 de abril de 2015, que concede isenção de IPTU a teatros e espaços culturais.
- Lei Municipal nº 16.278, de 5 de outubro de 2015, que institui o Fundo Municipal de Cultura.
- Lei Municipal nº 16.333, de 18 de dezembro de 2015, que institui o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca.
- Lei Municipal nº 16.353, de 7 de janeiro de 2016, que institui o Dia Municipal dos Direitos Culturais.
- Lei Municipal nº 16.496, de 20 de julho de 2016, que institui o Programa de Fomento à Cultura da Periferia.
- Lei Municipal nº 16.598, de 21 de dezembro de 2016, que institui o Programa Municipal de Fomento ao Circo.
- Lei Municipal nº 16.607, de 29 de dezembro de 2016, que institui o Programa Ruas Abertas.
- Lei Municipal nº 16.818, de 2 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a identificação de imóveis que abrigaram personalidades ou fatos históricos relevantes.
- Lei Municipal nº 16.841, de 9 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a obrigatoriedade de programação contínua nos equipamentos culturais municipais.
- Lei Municipal nº 16.874, de 22 de fevereiro de 2018, que cria o Programa Municipal de Incentivo às Comunidades de Samba.
- Decreto Municipal nº 29.683, de 17 de abril de 1991, que cria o Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais – FEPAC.
- Decreto Municipal nº 54.883, de 27 de fevereiro de 2014, que regulamenta o Programa VAI.
- Decreto Municipal nº 55.547, de 26 de setembro de 2014, que dispõe sobre a transferência de equipamentos culturais das Subprefeituras para a Secretaria Municipal de Cultura.
- Decreto Municipal nº 57.484, de 29 de novembro de 2016, que institui o Sistema Municipal de Cultura, o Plano Municipal de Cultura, o Sistema Municipal de Financiamento à Cultura e o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais.
- Decreto Municipal nº 58.207, de 24 de abril de 2018, que reorganiza a Secretaria Municipal de Cultura e o Departamento dos Museus Municipais.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Decreto Municipal nº 59.119, de 3 de dezembro de 2019, que regulamenta o Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais – Pro-MAC.
- Portaria SMC/Departamento dos Museus Municipais nº 1, de 12 de fevereiro de 2021, que institui o Plano Museológico do Museu da Cidade de São Paulo.
- Resolução da Câmara Municipal de São Paulo nº 15, de 2013, que dispõe sobre a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura na Cidade de São Paulo.
- PL 1460/2025 Cria o Museu do Meio Ambiente do Município de São Paulo, dedicado à valorização da memória, da natureza e da comunidade, e dá outras providências.
- PL 1419/2025 Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Jovem Monitor de Turismo no âmbito da Secretaria Municipal de Turismo.
- PL 1183/2025 Institui o Programa "Escola no Rolê", destinado a incentivar a realização de atividades pedagógicas, culturais, esportivas e socioeducativas externas pelas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.
- PL 1052/2025 Institui a Política Municipal Educação e Cultura Acessíveis, destinada à promoção de práticas pedagógicas e culturais acessíveis às pessoas com deficiência, no âmbito do Município de São Paulo.
- PL 821/2025 Institui o Programa Museu de Arte de Rua (MAR), de fomento à linguagem de Arte Urbana, no Município de São Paulo, e dá outras providências.
- PL 160/2025 Institui o Programa de Acesso Cultural Gratuito e diário para pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social no Município de São Paulo, e dá outras providências.
- PL 122/2024 Dispõe sobre a instituição do Bilhete Cidade Educadora para utilização pelas Escolas Municipais para fins de deslocamentos pela Cidade de São Paulo e efetivação de atividades de expansão curricular com vista à formação, desenvolvimento e aprendizagem dos educandos estudantes da Rede Municipal de Ensino
- PL 423/2023 Institui o projeto Turismo Pedagógico na rede pública Municipal de Ensino e dá outras providências.
- PL 230/2022 Institui o programa passaporte cultural para alunos da rede pública municipal de ensino no município de São Paulo.
- PL 6/2019 INSTITUI SOBRE A MEIA ENTRADA EM ESPAÇOS DE CULTURA, ESPORTE E LAZER PARA DOARES DE SANGUE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 16 de julho de 2026.

Cintia Talarico da Cruz Carrer

Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia

OAB/SP 155.068